



Estado de Santa Catarina

**Prefeitura Municipal de Celso Ramos**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2023  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2023**

CÓDIGO E-SFING: 2493F12CCA45C1D8819B65CFE37C37A8189A0DB5

**1. PREÂMBULO**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José Martinelli nº 198, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 14.608.771.0001-70, neste ato representado pela Gestora Sra. Lucilene Sauer Pacheco, lavra o presente processo de Inexigibilidade de Licitação para a contratação do Palestrante Beto Bom Dia através da empresa Bom Dia Palestras Motivacionais Ltda, com fulcro no art. 25, II da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, diante das condições e do fundamento legal expressos no presente.

**2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente Termo de Inexigibilidade encontra fundamentação legal no art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, que dispõe:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II – para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039  
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina



Estado de Santa Catarina

**Prefeitura Municipal de Celso Ramos**

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

### 3. JUSTIFICATIVA

Como sabido, a regra geral das contratações públicas é submetê-las ao regime das licitações públicas exigência esta que tem assento constitucional, nos termos do art. 37, inciso XXI, da CR/88.

Não obstante, é o próprio texto constitucional mencionado que assegura, nos termos da lei, as hipóteses fático-jurídicas que permitem a contratação direta, seja mediante a dispensa seja mediante a inexigibilidade da licitação pública, tal como se encontram veiculadas na Lei Federal nº 8.666/1993.

Ressalta-se que os casos de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25 da Lei n. 8.666/93, são previsões excepcionais e como tal devem ser aplicadas.

Portanto, devem ser empregadas com o devido zelo e cuidado, sempre via interpretação restritiva de suas disposições, sob pena de afronta à vontade da Constituição.

No presente caso restam sobejamente comprovados os requisitos legais, quais sejam a notória especialização e o conhecimento técnico do palestrante a ser contratado, pelo que parece plenamente regular a referida contratação nos termos do art. 25, II da Lei n. 8.666/93.

Deste modo, a natureza singular do serviço, em especial, a notória especialização do palestrante Beto Bom Dia, a qual se comprova pelo seu currículo, juntado aos autos do respectivo processo.

Assim sendo, a Lei possibilita a contratação de serviços técnicos profissionais para promover treinamento e aperfeiçoamento de pessoal através de palestras e capacitações, de maneira direta, na hipótese de ocorrer a inviabilidade de licitar, não apenas pela singularidade do objeto a ser licitado, como também, pela impossibilidade de serem estabelecidos critérios objetivos para o julgamento do certame.

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039  
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina



Estado de Santa Catarina

**Prefeitura Municipal de Celso Ramos**

Ante o exposto, em virtude da singularidade e exclusividade do objeto e da inviabilidade de competição constatada pela Administração, denota-se a viabilidade da contratação pelo processo de inexigibilidade de licitação, tendo em vista o atendimento dos requisitos legais.

#### 4. DELIBERAÇÃO

Com fundamento na justificativa acima, decido pela contratação por inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 25, inciso II da Lei nº 8.666/1993, ficando o Setor de Compras e Licitações com a incumbência de promover os atos necessários à sua efetivação (inclusive as publicações e expedições dos documentos atinentes à espécie), zelando pela plena consolidação das formalidades legais.

#### 5. JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR DO OBJETO

Convém ressaltar que a natureza singular do serviço, bem como a notória especialização do palestrante Beto Bom Dia, como se comprova pelo seu currículo, bem como a oferta da palestra motivacional para a equipe da unidade básica de saúde, em comemoração à semana da enfermagem, trazendo benefícios à equipe de trabalho.

Portanto, de acordo com Lei nº 8.666/1993, comprova-se a notória especialização do palestrante, admitindo-se a hipótese de celebrar contrato junto a Administração Pública, sendo o preço orçado compatível com os valores praticados no mercado.

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Data da palestra: 12 de maio de 2023.

#### 6. OBJETO

Contratação de Palestra Motivacional ministrada pelo palestrante Beto Bom Dia, através da empresa Bom Dia Palestras Motivacionais Ltda.

#### 7. DA CONTRATADA

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039  
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina



Estado de Santa Catarina

**Prefeitura Municipal de Celso Ramos**

BOM DIA PALESTRAS MOTIVACIONAIS LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n. 14.494.087/0001-05, com sede na Rua Paraíba, nº 368, Bairro São Cristóvão, Município de Lages – SC.

#### 8. DA PUBLICAÇÃO

VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO: Diário Oficial dos Municípios/SC.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 03 de maio de 2023.

Celso Ramos, 04 de maio de 2023.

Lucilene Sauer Pacheco  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039  
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina



Estado de Santa Catarina

**Prefeitura Municipal de Celso Ramos**

## **PARECER JURÍDICO**

Trata-se de consulta formulada pela Secretaria de Administração e Finanças acerca da contratação por inexigibilidade de licitação, do palestrante Beto Bom Dia por intermédio de empresa especializada para ministrar palestra motivacional para os servidores da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Celso Ramos.

Depois de apresentadas as justificativas, o fundamento legal e a razão da escolha da empresa contratada, vieram os autos para o Parecer Jurídico.

É o Relatório.

No que pertinente ao presente requerimento, a Assessoria Jurídica do Município, cumprindo as atribuições que lhe são próprias, vem, emitir o pronunciamento seguinte:

Cumprindo ressaltar inicialmente que a licitação, conforme mandamento expressamente disposto no artigo 37, XXI da Constituição Federal, constitui-se no procedimento por excelência que precede a contratação de obras, compras, serviços e alienações no âmbito da Administração Pública, sendo norteada por uma série de princípios constitucionais e infraconstitucionais, dentre os quais merecem um especial destaque os princípios da isonomia e da escolha da melhor proposta.

Muito embora a licitação seja a regra constitucional prevista, a própria constituição ressalva os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação previstos na legislação infraconstitucional.

Uma dessas situações de inexigibilidade de licitação está contida no art. 25, II da Lei n. 8.666/93, que assim dispõe:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039  
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina



Estado de Santa Catarina

## Prefeitura Municipal de Celso Ramos

II – para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

(...)

VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Sobre o tema, cumpre destacar previsão legal do §1º do mesmo dispositivo, in verbis:

Art. 25.

(...)

§1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Nesse passo, verifica-se que na legislação vigente, admite-se a contratação de profissional ou empresa especializada, de notório conhecimento técnico, para realizar determinados serviços técnicos, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal desde que, respeitado os preceitos legais e com as devidas justificativas.

Nos ensinamentos de Marçal Justen Filho, esta norma de exceção ao dever de licitar pode ser encarada da seguinte forma:

A contratação de serviços nos casos do inc. II do art. 25, visa a obter não apenas uma utilidade material. É evidente que interessa à Administração a produção de um certo resultado, mas a contratação também é norteadada pela concepção de que esse resultado somente poderá ser alcançado

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039  
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina



Estado de Santa Catarina

**Prefeitura Municipal de Celso Ramos**

se for possível contar com uma capacidade intelectual extraordinária. O que a Administração busca, então, é o desempenho pessoal de ser humano dotado de capacidade especial de aplicar o conhecimento teórico para a solução de problemas do mundo real. (FILHO, Marçal Justen, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 17ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 587).

Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União sumulou:

Súmula 252.

A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.

Além dos mencionados requisitos específicos, deve a Administração Pública se atentar aos requisitos gerais trazidos no art. 26, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que reza, in verbis:

Art. 26 – As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único: O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

( ... )

II – razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – justificativa de preço;

Assim, com base nos preceitos ora transcritos, observa-se que para contratar um serviço técnico profissional especializado mediante inexigibilidade de licitação, a Administração Pública deve comprovar, cumulativamente,

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039  
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina



Estado de Santa Catarina

**Prefeitura Municipal de Celso Ramos**

determinados requisitos, quais sejam, a singularidade da natureza do serviço e a notória especialização do profissional a ser contratado, que servirão de base para configurar o terceiro requisito, a inviabilidade de competição.

Em relação à natureza singular do serviço, ensina Jacoby:

“É imperioso que o serviço a ser contratado apresente uma singularidade que inviabilize a competição entre os diversos profissionais técnicos especializados. Assim, percebe-se claramente que não é suficiente a especialização do serviço, que pode ser prestado por diversos profissionais da área, mas uma singularidade que inviabiliza completamente a competição”.

Justificada a contratação pretendida, bem como a regularidade do preço fixado, bem como observadas as disposições legalmente exigidas, restam cumpridas as formalidades e exigências legais para o procedimento de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II da Lei n. 8.666/93, que deverá ter a devida publicidade, com a formalização do competente contrato administrativo e demais disposições legais.

Ante o exposto, o parecer é pela contratação via procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II da Lei n. 8.666/93, para o qual deverá ser dada a devida publicidade e cumpridas exigências de lei.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Celso Ramos, 03 de maio de 2023.

João Guilherme Biscaro  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 28.375

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039  
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina



Estado de Santa Catarina

**Prefeitura Municipal de Celso Ramos**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2023  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2023**

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Objeto: Contratação de Palestra Motivacional ministrada pelo palestrante Beto Bom Dia, através da empresa Bom Dia Palestras Motivacionais Ltda.

Contratada: Bom Dia Palestras Motivacionais Ltda.

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Período de vigência: Início na assinatura e término em 31/12/2023.

Fundamento legal: Art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Celso Ramos, 03 de maio de 2023.

Lucilene Sauer Pacheco  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Fone: (49) 3547.1211 / 3547.1039  
CEP 88598-000 - Celso Ramos - Santa Catarina